



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## Primeira Reunião Ministerial: Programa Econômico

O momento é grave. O Brasil exige que nos mobilizemos, todos, na luta pela superação da crise.

A situação requer determinação patriótica, trabalho abnegado e incansável, e um claro sentido de urgência. Não há mais um momento sequer a perder. Não temos, nós os homens públicos, o direito de desperdiçar um tempo que não nos pertence. Ninguém do povo nos delegou a capacidade de escolher o momento para o início da busca de soluções.

A sociedade quer ações concretas. Agora. Já.

Submeto hoje ao Legislativo as primeiras medidas que estamos adotando, com vistas à execução do projeto de reconstrução nacional apresentado ontem à Nação.

O povo nos elegeu, aos membros do Congresso e a mim, para desempenharmos missões distintas em sua própria natureza. Mas elegeu-nos, acima de tudo, para que façamos, juntos, em estreita colaboração, o que o Brasil espera de nós.

Ao longo dos últimos meses, levei pessoalmente a todos os recantos do Brasil a minha mensagem e o meu programa. A resposta foi clara. A nítida maioria disse sim.

São os desdobramentos iniciais desse mesmo programa que estamos definindo nesta hora difícil, extremamente difícil da vida nacional.

---

**«Precisamos de uma reforma moral  
na área econômica.»**

---

Meu programa econômico parte do princípio de que antes de tudo precisamos de uma reforma moral na área econômica. Governos conviviam serenamente com a sonegação e a corrupção. Empresários parasitas e burocratas relapsos, ainda que minoria, davam o tom em gestões anteriores.

Tudo isso vai acabar já.

Por isso determinei hoje, as seguintes medidas de saneamento moral:

1. Abuso econômico passa a dar até cinco anos de cadeia neste País. Esconder mercadorias, exagerar nos preços e iludir o consumidor levarão para atrás das grades o gerente, o diretor e o dono da empresa.

2. O funcionário público que participar de atos lesivos ao fisco será demitido e será preso.

3. Extinção de todas as mordomias, pagamentos disfarçados de salários etc.

4. O anonimato da riqueza escusa, conseguida com sonegação, está extinto. Acabaram os títulos ao portador e o sigilo protetor até de criminosos.

5. As grandes fortunas passarão a pagar sua contribuição para sanear o País.

6. Os ganhos de capital obtidos nas bolsas de valores passam a ser tributados, encerrando assim, uma odiosa discriminação: o assalariado pagava Imposto de Renda sobre o seu salário de fome e o patrão obtinha seus ganhos especulativos sem recolher um centavo aos cofres da União.

Estas medidas já estão tomadas. Estou, portanto, cumprindo, no primeiro dia do meu mandato, meu compromisso de não pactuar com a injustiça desde o começo.

Sobre esta base de decência, determinei que o déficit público, neste ano, seja zero. Não há como derrubar a inflação se o Governo gastar mais do que arrecada. Portanto, adotamos as seguintes medidas:

1. Execução de uma profunda reforma administrativa envolvendo afastamento de maus funcionários, fechamento de ministérios, autarquias e empresas públicas.

2. Suspensão de todos os subsídios, incluídos os dos exportadores e da informática.

3. Incorporação da renda agrícola à base de tributação da União, para fortalecer o sistema de financiamento do setor agropecuário.

4. Redução drástica na perda de receita tributária, pela indexação quase que instantânea dos impostos devidos à União e atualização de alíquotas do IPI.

5. Reajuste de preços públicos defasados.

O terceiro bloco de medidas que estamos implantando busca modernizar nossa economia, a exemplo do que vem ocorrendo no resto do mundo. O reconhecimento de que a livre iniciativa é a única via para um crescimento sustentado e progressista. Estimular a concorrência é, a médio prazo, a tarefa mais nobre de um governo que busca uma economia atualizada e dinâmica. Nesta direção, estamos determinando:

1. A flutuação cambial sob controle do Governo.

2. Redução das barreiras à importação e estímulo à participação de capital estrangeiro no desenvolvimento nacional.

3. Demarragem de um ambicioso programa de desestatização.

4. Privatização de débitos para com a União, através de leilões de indivíduos interessados em receber dívidas atrasadas do Governo Federal.

5. Criação de certificados de privatização, instrumento de viabilização rápida do processo de desestatização que serão adquiridos compulsoriamente por instituições financeiras, fundos de pensão, companhias seguradoras etc.

---

Prioridade: acabar com a inflação.

---

*Senhores Ministros, Senhores Senadores, Senhores Deputados, Senhores Secretários,*

A violência da inflação e a quase destruição do sistema de preços já ameaçavam o funcionamento da economia, impondo pesadas perdas ao povo brasileiro. Numa circunstância como essa, o Governo não pode se omitir. Por maior que seja a resistência à idéia de impor controles à economia, tornou-se indispensável a fixação de parâmetros regidos para preços e salários. Buscamos, como resultado deste processo, evitar a perda do poder de compra dos salários diante da escalada dos preços. Desta forma, os salários de março estão corrigidos com base na inflação de fevereiro e os preços deverão retroagir e manter-se aos níveis praticados a 12 de março.

Esta paralisação abrupta da espiral preços/salários deverá manter-se o tempo necessário para a normalização da economia com os ajustamentos que se tornarem indispensáveis. A flexibilização definitiva deverá ocorrer a partir de 15 de abril, quando ingressarmos numa política de prefixação de preços e salários.

Nesta nova etapa, a orientação geral será a de promover uma segura valorização salarial frente aos preços. Temos a convicção de que num período mais breve do que se imagina, conseguiremos superar também esta etapa, chegando a uma verdadeira liberalização nesta área a níveis realmente baixos da inflação.

Para sustentar de forma duradoura a estabilidade de preços, impõe-se uma reforma monetária austera, capaz de devolver ao Estado o controle sobre a moeda. O controle da moeda e a garantia de sua estabilidade são dimensões essenciais da soberania do Estado e condições básicas de desenvolvimento da vida civilizada.

Uma verdadeira reforma monetária não deve se traduzir apenas na mudança de denominação do padrão de referência de

preços e contratos, mas deve atingir profundamente as formas de acesso à liquidez e os processos de criação do poder de compra. Para isso, é necessário eliminar, de um só golpe, as práticas que provocam a desmoralização do padrão monetário e os métodos de enriquecimento que se nutrem da desvalorização do dinheiro.

Não eram outras as práticas, nem outros os métodos que prevaleceram no Brasil nos últimos anos.

As medidas são de grande profundidade. Mas na sua dureza elas buscam, sobretudo, preservar os direitos adquiridos pelos cidadãos.

Ao mesmo tempo, tomamos a iniciativa de promover um reordenamento do exercício desses direitos, através de um processo de conversão de cruzados novos para cruzeiros.

Tivemos a precaução de não atingir, de forma alguma, o poder liberatório dos ativos monetários de 90% da população brasileira. Para os 10% mais ricos estabelecemos regras que preservam o valor real dos ativos, mas diferindo no tempo o seu acesso à liquidez sem, contudo, inviabilizar o funcionamento da economia.

Além disso, procuramos através de medidas fiscais aplicadas sobre o estoque de ativos financeiros, acentuar o caráter redistributivo do programa de estabilização.

Enfim, as medidas econômicas que ora adotamos são profundas, corajosas e indispensáveis. Correspondem a uma idéia geral de que nossa sociedade necessita de menos Estado, porém, mais Governo.

No ritmo normal do desenvolvimento da economia, assistiremos a um aumento da participação dos salários no produto, em detrimento das margens de lucro.

No futuro imediato as conseqüências serão o enfraquecimento dos especuladores e o fortalecimento do poder de investimento do Governo.

---

«É preciso reencontrar  
a capacidade de agir.»

---

*Senhores Ministros, Senhores Secretários, Senhores Líderes  
do Congresso Nacional.*

O Brasil está cansado da indignação retórica que durante anos alimentou o mar de complacência em que esteve mergulhada a boa parte de nossas elites dirigentes.

O povo exige indignação moral que se transforme rapidamente, como é da índole dos sinceramente indignados, em decisões e atos.

Decidir é agir. Eis o que a Nação reclama de nós.

Com a culminação do processo de institucionalização da democracia, recuperou-se a legitimidade das decisões. Recebemos do povo, o Senador Itamar Franco e eu, a responsabilidade, os poderes e o dever de tomar graves decisões em seu nome.

Agora é preciso reencontrar a capacidade de agir. Sem isso as nossas decisões deixarão de produzir os efeitos desejados. É preciso sair do paradoxo imobilista em que estamos atolados. O estado de crise impede que se adotem medidas eficazes, e a falta dessas medidas perpetua a crise. Essa é a lógica do comodismo, da covardia. A lógica que, infelizmente, está associada à imagem do setor público no Brasil.

Não é outro o motivo pelo qual muitas das medidas que submeto ao Legislativo e à Nação visam a recuperação moral e funcional do aparelho do Estado. De nada adianta estarmos afinados com a vontade popular se os instrumentos de que dispomos não se coadunam nem com os sentimentos da coletividade nem com as imposições do momento. De pouco serve a confiança do paciente na competência do médico, se esse não dispuser do equipamento indispensável ao tratamento.

O Brasil sabe perfeitamente como está. A máquina governamental exige reformas dramáticas. Esta foi a ênfase maior de nossa campanha. As distorções que se foram acumulando no setor público não apenas lhe retiraram grande parte da utilidade

mas, também passaram a irradiar exemplos e consequências altamente nocivas à vida econômica do País. A mais evidente delas é a inflação.

Por esse motivo, a reforma do Estado é aspecto fundamental da luta contra a explosão descontrolada dos preços. O Governo vai liderar, a partir de agora, um enorme esforço para retirar o Estado de onde jamais deveria ter entrado, ou de onde não precisa estar, para pô-lo em ação onde nunca esteve, ou onde sua presença jamais se achou à altura das necessidades mais elementares da população.

Essa não é uma opção ideológica. É uma imposição da realidade e uma decisão majoritária do povo brasileiro.

Com a culminação do processo da transição democrática, a sociedade recuperou o controle soberano do Estado. Isso precisa ser entendido e profundamente assimilado de uma vez por todas. Se é que algum dia o foi, hoje o Estado, certamente, não é mais o motor de nossa história. Não é nem motor nem tábua de salvação. Na democracia, quem salva a nação não é o governo, é a sociedade. Ao Governo, instrumento sujeito ao império da vontade popular e das leis que emanam dessa vontade, cabe apreender o sentido dos anseios da coletividade. Sintetizá-los e fazer deles indicações de caminhos a serem seguidos, liderar e orientar os passos da Nação no rumo por ela escolhido. Manter e, quando necessário, restabelecer a autoridade do Estado, uma autoridade que deriva do respeito à própria Nação. Velar pela manutenção da moralidade pública. Resguardar a capacidade da nação de confiar em si mesma e de inspirar confiança às outras nações com as quais compartilhamos a vida na Terra.

Não é pouco, senhores, mas é o que vamos fazer. Não temos alternativas. O Brasil não aceita mais derrotas. Agora é vencer ou vencer. Que Deus nos ajude.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
na reunião ministerial realizada no  
Palácio do Planalto,  
no dia 16 de março de 1990.*